

37º Encontro Anual da ANPOCS

23 a 27 de setembro de 2013 – Águas de Lindóia – SP

ST08 - Partidos e sistemas partidários

Agendas, preferências e competição: PT e PSDB nas disputas presidenciais brasileiras.

Gabriela da Silva Tarouco

Rafael Machado Madeira

Soraia Marcelino Vieira

Resumo:

Atualmente, há um debate na ciência política brasileira sobre uma possível bipolarização do sistema partidário, decorrente da concentração da competição, nas eleições presidenciais, em dois partidos: PT e PSDB. As presumíveis semelhanças advindas de origens históricas compartilhadas (oposição ao regime militar e referências de esquerda nos quadros dos partidos) fazem da acirrada oposição entre eles um rico objeto de investigação que poderá lançar luzes importantes sobre a compreensão dos termos em que se dá a competição partidária na democracia brasileira. A análise dos programas de governo que cada um lançou para as eleições de 2006 e de 2010 pode revelar se, e em que medida, as plataformas se afastam ou se aproximam, as agendas de políticas públicas propostas estabelecem prioridades específicas ou comuns, como cada plataforma se situa na dimensão esquerda-direita e em que medida acolhem questões da chamada agenda pós-materialista. Para isso, o artigo se vale da análise de conteúdo dos programas de governo de Serra, Alckmin, Lula e Dilma. A referência teórica é a Saliency Theory, (Robertson, 1976) e as categorias utilizadas são adaptadas daquelas do Manifest Research Group.

Palavras chave: manifestos; análise de conteúdo; partidos políticos.

Introdução

Historicamente o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) se originaram no campo da esquerda do espectro político e embora em seu momento originário tenham apresentado ideias alinhadas, algumas importantes diferenças marcam a trajetória destes partidos. O PT surgiu antes, durante a reforma partidária de 1979 e é considerado pelos analistas políticos como o único partido brasileiro identificado com as massas (KINZO, 1993; SAMUELS, 1997), enquanto o PSDB surgiu em 1987 durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte a partir de uma cisão no PMDB e em outros partidos, configurando o que Duverger (1980) considera um partido de quadros.

Embora tenham surgido em momentos diferentes e com distintas composições, PT e o proto-PSDB¹ se comportaram de maneira semelhante durante as votações da Assembleia Nacional Constituinte (POWER, *apud* TAVARES, 2003). Não obstante, o posicionamento destes partidos se afasta a partir de 1993, quando o PSDB ingressa na coalizão governista e a polarização se acirra a partir de 1994, momento em que a coalizão do partido assume o Executivo Federal (POWER e ZUCCO, 2009).

PT e PSDB se firmaram como os dois maiores partidos a competir não somente pelo Executivo Federal, mas também nos demais âmbitos da federação (governos estaduais e municipais). Esta clivagem tem exercido papel estruturante do sistema partidário brasileiro nas últimas duas décadas (MELO e CAMARA, 2012).

Neste trabalho, seus programas são analisados a fim de buscarmos suas preferências sobre as agendas de políticas públicas. São analisados os programas de governo lançados por estes partidos em 2006 e 2010, cujos candidatos foram Geraldo Alckimin (PSDB) e Luis Inácio Lula da Silva (PT) e José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT).

¹ Timoty Power analisou a votação dos legisladores que formaram o PSDB, grupo o qual denominou Proto-PSDB.

1. A abordagem das ênfases programáticas e a técnica de análise de conteúdo

Para esta investigação é utilizado o método de análise de conteúdo a partir da abordagem do *Manifesto Research Group* – MRG. Essa técnica consiste em quantificar as unidades de texto dedicadas a cada assunto. Os programas foram segmentados em frases e cada uma delas foi classificada em uma das categorias elaboradas pelo MRG² descritas no anexo I.

A análise de Manifestos implementada pelo MRG é um projeto de cooperação que vem sendo desenvolvido desde os anos 1970, tendo já passado por diferentes fases tanto no que tange à composição do grupo quanto aos objetivos fundamentais e formas de financiamento. A base teórica do trabalho *Manifest Project* é a *saliency theory*, testada para explicar a competição eleitoral entre os partidos. De acordo com esta teoria os partidos competem enfatizando diferentes *issues* muito mais que tomando posições diferentes sobre as mesmas questões. Segundo essa abordagem, os partidos se concentram em temas em que consideram ter vantagens sobre seus competidores, não apenas se contrapõem a seus adversários nos temas que defendem. Aos eleitores caberia decidir qual dos conjuntos de questões é mais importante.

(...) la teoría de La relevância sostiene que “la diferencia clave entre los partidos es el diferente grado con el que enfatizan temas pertenecientes a una posición concreta” (BUDGE, 2001, p. 52, *apud* ALONSO *et al.*, 2012, p. 48).

A ideia inicial do MRG era comparar as estratégias programáticas dos partidos nos Estados Unidos e no Reino Unido no período posterior à segunda guerra mundial. Após o trabalho inicial, Ian Budge consolidou o grupo de pesquisa *Manifest Research Group* (MRG) dentro do Consorcio Europeu para Investigação Política (ECPR), o qual teve continuidade no Centro de Pesquisa em Ciências Sociais de Berlim (ALONSO, *et al.*, 2012).

Em 1987, quando é lançado o trabalho que reúne análises de partidos de 19 países (BUDGE, ROBERTSON *et al.*, 1987, *apud* TAROUÇO, 2007, p. 48), o esquema já contava com 54 categorias. A partir de 1989, já no contexto do CMP – *Comparative Manifestos Project* a base de dados vem sendo

² Acrescentamos à lista do MRG a categoria 306 – Instituições do Sistema Político, para contemplar as referências a temas relacionados a este assunto, encontrados nos documentos analisados.

continuamente atualizada e expandida. O esquema final conta com 56 categorias e já foi utilizado em diversas pesquisas (TAROUCO, 2007, p. 48).

Em 2009 o projeto ingressou em sua terceira fase e desde então a Fundação Alemã de Pesquisa (cuja sigla em alemão é DFG) financia o projeto com o nome *Manifesto Research in Political Representation* (MARPOR) (ALONSO, *et all*, 2012).

Na América Latina, tem se consolidado um grupo de estudos no Uruguai e no Brasil, os quais têm mantido diálogos constantes a fim de ajustar a metodologia ao contexto dos programas latinoamericanos. O esquema de classificação nesta pesquisa utilizado é o mesmo adotado pelos colegas do Uruguai. O objetivo é, a partir da experiência do *MRG*, criar um método compatível para analisar os programas de governo na América Latina. Este artigo representa, portanto, o primeiro passo de uma agenda de pesquisas que terá continuidade com análise comparada de programas de governo de partidos oriundos de diferentes países.

A metodologia aqui empregada na análise de conteúdo dos programas possui dois momentos que são cruciais no que tange ao tratamento dos dados: 1) a divisão dos textos em sentenças e quase-sentenças e 2) a atribuição a cada sentença de uma das categorias utilizadas para a classificação. As implicações relacionadas à realização destas tarefas por codificadores treinados e/ou por programas de computador no grau de confiabilidade e na validade dos dados é tema fundamental na atual agenda envolvendo esta perspectiva metodológica e são tema de extensa bibliografia no âmbito do *MRG*. Benoit et al. (2008), por exemplo, salientam o fato de que os programas analisados pelo atual MARPOR são, via de regra, classificados por um codificador e apenas uma vez. Para aumentar a confiabilidade dos dados examinados, adotamos neste trabalho as seguintes estratégias: 1) Cada programa foi fracionado por um dos três pesquisadores e foi revisado (em um segundo momento) por outro, sendo que as dúvidas que surgiram foram debatidas caso a caso, tendo o terceiro pesquisador como fiel da balança; 2) no que tange à classificação, os quatro programas foram classificados por cada um dos três pesquisadores e a classificação adotada como parâmetro é o resultado da comparação destas três classificações.

A opção pela codificação manual implica a necessidade de testar a sua confiabilidade. A confiabilidade de uma medida é a sua qualidade de estar isenta de

erros de mensuração e pode ser avaliada comparando resultados obtidos por codificadores diferentes.

A análise de conteúdo que fundamenta este trabalho teve sua confiabilidade testada através da comparação entre as codificações feitas por cada um dos três autores. Os resultados foram bem semelhantes, entretanto, a mera associação entre elas (medida por testes de qui-quadrado, por exemplo), não seria suficiente para afirmar a confiabilidade, pois mesmo entre variáveis sem qualquer relação entre si é razoável esperar alguma coincidência aleatória³.

O teste que distingue a coincidência substantiva entre duas classificações daquela que seria esperada por aleatoriedade entre classificações independentes é o índice *kappa*, ou simplesmente índice *k*, proposto por Jacob Cohen (1960). Trata-se de um coeficiente de concordância para escalas nominais que remove o efeito de coincidências aleatórias, ou seja, que mede o grau em que duas ou mais classificações concordam substantivamente entre si, para além das coincidências que seriam produzidas pelo acaso, na hipótese (nula) de total independência.⁴

O índice *k* varia de -1 (quando todas as classificações divergem) a 1 (quando todas as classificações são idênticas) e equivale a 0 quando a proporção de concordâncias se limita à proporção de coincidências aleatórias.

Como pode ser visto na tabela 1 a seguir, dois dos valores encontrados estão na faixa considerada “boa” pela literatura e um deles atingiu um valor considerado excelente (Landis e Koch, 1977; Bonnardel, 2001)⁵ o que nos permitiria adotar qualquer uma das três classificações. As análises deste artigo, assim, estão baseadas na codificação do pesquisador 3.

³ Além disso, este tipo de teste conta como associação não apenas as concordâncias, mas também as discordâncias sistemáticas entre duas variáveis: frases em que um pesquisador usasse sistematicamente uma categoria e outro pesquisador utilizasse outra categoria diferente são casos de discordância que indicam problema de confiabilidade, mesmo contribuindo para o cálculo da associação entre as duas medidas.

⁴ O cálculo do índice *k* é o seguinte: $k = (\text{n}^\circ \text{ de concordâncias observadas} - \text{n}^\circ \text{ de concordâncias aleatórias esperadas}) / (\text{Número total} - \text{n}^\circ \text{ de concordâncias aleatórias esperadas})$

⁵ Excelente: $> \text{ou} = 0,81$; Bom: 0,80 - 0,61; Moderado: 0,60 - 0,41; Medíocre: 0,40 - 0,21; Fraca: 0,20 - 0,0; Muito fraca: $< 0,0$.

Tabela 1: Índice K de concordância entre as classificações dos pesquisadores:

Par de classificações	Índice K
Pesquisador 3 x Pesquisador 2	0,669895329
Pesquisador 3 x Pesquisador 1	0,889560877
Pesquisador 1x Pesquisador 2	0,640465918

2. Ênfases e agendas nos programas de governo do PT e do PSDB

Esta pesquisa busca responder à seguinte pergunta: o que os programas de governo do PT e do PSDB nos dizem sobre as preferências e sobre as agendas de políticas públicas dos dois principais partidos que têm concentrado a competição presidencial no Brasil nos últimos quase 20 anos? A fim de responder esta questão, são utilizados como base para a análise os programas de governo do PT e do PSDB, nas duas últimas eleições presidenciais brasileiras. Cabe destacar que os programas de governo e os programas partidários apresentam algumas diferenças importantes. Os primeiros são elaborados em uma conjuntura específica e não refletem somente o posicionamento do partido, mas da coalizão eleitoral que apoia o candidato. Em geral, os objetivos apresentados por estes documentos são de curta duração e estão relacionados ao governo de dita coalizão. Por outro lado os programas partidários referem-se exclusivamente ao partido e tem duração maior. Os programas utilizados neste trabalho podem ser encontrados nas páginas eletrônicas dos partidos, como descrito no quadro 1 abaixo.

Quadro 1: Documentos analisados

Eleição	Documento	Coligação	Fonte
2006	Programa de Governo Geraldo Alckmin 45 Presidente	Por um Brasil Decente (PSDB, PFL).	http://ww1.psdb.org.br/biblioteca/Programa de Governo.pdf , acessado em 9 de dezembro de 2012, 16:13
2006	Lula de novo com a força do povo. Lula Presidente – Programa de Governo 2007/2010	A Força do Povo (PT, PCdoB, PRB)	http://www.fpabramo.org.br/uploads/Programa de governo 2007-2010.pdf , acessado em 3 de fevereiro de 2013, 17:00
2010	Programa de Governo José Serra: Uma Agenda para o Desenvolvimento Sustentável do Brasil	O Brasil pode mais (PSDB, DEM, PPS, PTB, PMN, PTdoB)	http://www.psdb.org.br/programa-de-governo-do-candidato-jose-serra/ , acessado em 7 de dezembro de 2012, 16:53
2010	Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira	Para o Brasil seguir mudando (PT, PMDB, PCdoB, PDT, PRB, PR, PSB, PSC, PTC, PTN)	www.fpabramo.org.br , acessado em 3 de fevereiro de 2013, 17:10

Da leitura de tais documentos emergem, em uma análise inicial, algumas regularidades interessantes. Em primeiro lugar, os programas do PT são mais curtos e os do PSDB mais extensos. O programa de Alckmin tem 170 páginas e o de Serra tem 280, enquanto os de Lula e Dilma chegam apenas a 34 e 11, respectivamente. Os programas de governo anteriores do PSDB (FHC I e FHC II) também foram bastante extensos, com cerca de 300 páginas cada um, tendo inclusive sido publicados no formato de livros. Os programas de governo anteriores do PT, por outro lado, sempre foram menores (234 páginas em 1994 e 70 em 1998).

Outro aspecto que merece destaque é a inclusão, no programa do PSDB de 2010, de propostas recebidas de internautas. Este procedimento é anunciado na página do partido, que apresenta o documento como resultado da colaboração da população, e reiterado no próprio documento, em que os tópicos provenientes de sugestões externas aparecem sinalizados com *emoticons*. Tratava-se naquele momento, de uma estratégia inovadora de campanha eleitoral, usando canais alternativos às mídias tradicionais e incorporando novas ferramentas disponíveis via *web*.

Um último ponto a salientar com base na leitura dos programas diz respeito à relevância deste tipo de documento como indicativo das preferências dos partidos. Frequentemente, uma das críticas que a análise de manifestos recebe, pelo menos no Brasil, refere-se ao fato de que os eleitores não tomam conhecimento dos documentos programáticos que são, por isso, vistos como meras formalidades, vazias de conteúdo político autêntico (Miguel 2010). Quanto a este ponto, em outros trabalhos já argumentamos que tais documentos, mesmo ignorados pela grande maioria dos cidadãos, são alvo de críticas dos adversários e são, por isso, elaborados com a intenção de tornar público um determinado conjunto de prioridades e ênfases (Tarouco, 2007; Vieira, 2012). Na presente análise, encontramos um indício empírico de que nosso argumento está correto: a presença, no programa do PSDB, de um pequeno trecho remanescente da revisão do texto:

(...) As elevadas taxas de reprovação e de repetência, especialmente nos anos finais do ensino fundamental, continuam existindo. E, dos que conseguem concluir o Ensino Médio, apenas 10% apresentam um desempenho considerado adequado ao término da educação básica. ***O melhor é sempre usar educação básica para não atrair a raiva dos sindicatos, é o que está na Constituição. Ensino é considerado linguagem neoliberal com foco no adestramento tecnicista que não se vincula a aprendizagem.*** (grifo nosso) (PSDB, 2010, pp. 85-86)

Fica evidente, no trecho acima, que o texto do programa foi revisado com o objetivo de torná-lo menos vulnerável a críticas e denúncias já esperadas. Provavelmente este comentário deveria ter sido removido, mas o “acidente” da edição nos permite insistir que os documentos programáticos são feitos sim para serem lidos e, portanto, têm um conteúdo que o partido (ou pelo menos sua cúpula) entende que deva ser publicado como indicador das suas preferências e prioridades.

Os pontos levantados acima são facilmente observáveis com a leitura dos documentos e só desta maneira poderiam ter sido identificados. Entretanto, a análise dos documentos para fins de mensuração e comparação das ênfases programáticas requer o recurso à técnica de análise de conteúdo, já descrita acima, e cujos resultados, para os programas em análise neste trabalho, passam a ser discutidos a partir de agora.

O esquema de codificação utilizado é uma adaptação recente da lista de 56 categorias originais do MRG (Alonso et al 2012) e está disponível no anexo I. A adaptação se refere à adição de subcategorias dentro das anteriores, para acolher especificidades dos partidos de vários países que passam a ser analisados com base

nesta abordagem. As categorias de classificação em que cada frase de cada programa foi codificada são organizadas em cinco domínios (além da categoria 000 para frases que não se enquadram em nenhuma categoria): Relações exteriores, Liberdade e democracia, Sistema político, Economia, Bem estar e qualidade de vida, Estrutura da sociedade e Grupos sociais. A tabela 2 a seguir mostra a distribuição, entre estes domínios, das frases dos programas analisados.

Tabela 2: Porcentagens de frases em cada domínio de categorias, em cada programa.

Domínio	Documento				Total
	Lula (2006)	Dilma (2010)	Alkmin (2006)	Serra (2010)	
0-Não classificável	7,2	16,2	1,0	2,9	3,4
1-Relações Internacionais	4,9	8,3	4,3	1,6	3,2
2-Liberdade e Democracia	2,3	6,1	0,5	1,1	1,3
3- Sistema Político	18,6	16,7	11,4	7,3	10,2
4-Economia	23,3	17,1	41,0	34,0	34,5
5-Estado de Bem estar e Qualidade de vida	34,9	25,9	28,4	40,3	35,0
6-Estrutura da Sociedade	4,4	6,1	4,2	5,2	4,9
7-Grupos Sociais	4,4	3,5	9,1	7,6	7,6
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total N	387	228	1432	2216	4263

Como pode ser verificado, para a eleição de 2006 o programa do PT priorizava questões relativas ao bem estar enquanto o do PSDB enfatizava a economia. Em 2010 os programas dos dois partidos enfatizavam o bem estar. Aparentemente os dois partidos tinham agendas mais distintas em 2006 e se aproximaram, em 2010, em torno da ênfase prioritária a questões sociais. Esta aproximação se deveu à mudança de ênfases do PSDB de 2006 (economia) para 2010 (bem estar) em direção à agenda do PT, inalterada entre as duas eleições.

Uma primeira aproximação aos dados nos permite identificar o peso relativo que cada programa dá as diferentes áreas a partir das quais os mesmos são classificados. Os dados encontram-se agregados nos sete domínios definidos pelo MRG. Utilizamos aqui o referencial analítico da *Saliency Theory*, para desenhar os primeiros contornos da

análise sobre o conteúdo dos diferentes programas. Tal esboço está estruturado em dois pontos: 1) características gerais (que perpassam os quatro programas analisados, independentemente do ano/contexto da eleição e do partido político de origem) e 2) características “partidárias” (que nos ajudará a identificar se existem e se são importantes as diferenças nos temas trazidos à baila pelos partidos).

Cabe salientar que a clivagem governo *versus* oposição se sobrepõe à disputa entre os dois partidos dado que em ambas as eleições aqui examinadas o PT era governo e o PSDB ocupava papel de principal opositor. A continuidade desta pesquisa e a incorporação dos programas de 2002 à análise permitirão identificar se a troca de lugares entre estes partidos teve alguma influência nos temas abordados e, conseqüentemente, nas estratégias postas em marcha por ambos partidos.

Em uma primeira leitura da tabela 2 é possível identificar um padrão bastante nítido de ênfase nos domínios 4 (Economia) e 5 (Estado de bem estar social e qualidade de vida). Ambos os domínios representam o “núcleo duro” dos programas dos dois partidos tanto em 2006, quanto em 2010. Nos programas do PSDB, por exemplo, a soma destes domínios representa 69,4% em 2006, chegando ao surpreendente índice de 74,3% em 2010. Isto é, nada menos que três quartos do programa do PSDB de 2010 tratam destes temas. Embora menores, no PT estes domínios também alcançam índices significativos: 58,2% e 43,1%, respectivamente. Cabe lembrar aqui que o índice de sentenças não classificadas em nenhum dos sete domínios é alto para o programa do PT em 2010. Se descontarmos as sentenças classificadas como 000, o índice alcança 62,7% em 2006 e 51,3% em 2010.

No agregado, é resguardado aos demais domínios espaço residual nos programas, à exceção do domínio 7 (grupos sociais) que representa quase 10% em ambos documentos do PSDB dada a ênfase na defesa da agricultura. Comparando estes programas com os programas partidários analisados em trabalhos anteriores, chama a atenção o fato de que o domínio 2 (Liberdade e Democracia) tenha sido tão pouco explorado. Tal achado pode indicar mais uma dimensão em que a transição política perde terreno na agenda (nos primeiros programas partidários este tema era dos mais relevantes (MADEIRA e TAROUÇO, 2012).

Comparando-se os programas de cada partido, os dados apontam para outra semelhança digna de nota: a estabilidade na importância relativa de cada tema para cada partido. Entre um programa e outro, as únicas variações significativas no PT são a

diminuição em 10 pontos do domínio 5 e o aumento das sentenças não classificadas . Já o PSDB, ocorre exatamente a mesma mudança, mas com o sinal invertido: um aumento significativo (13 pontos) no domínio 5.

Por outro lado, passando para o segundo ponto, identifica-se que este “núcleo duro” composto pelos domínios 4 e 5 não é enfatizado da mesma forma por ambos partidos. Há uma diferença significativa no peso relativo de cada um destes domínios em cada partido. No caso do PT, temas ligados à valorização do estado de bem estar social se sobrepõem a temas ligados à economia em 10% em ambos os programas. Já no PSDB, a economia é claramente o tema mais relevante em 2006 (quase 13 pontos a mais que o segundo domínio). Já em 2010, a economia passa para o segundo lugar, embora siga de perto o domínio 5 (seis pontos percentuais de diferença).

Cada um dos domínios acima reúne uma razoável variação de categorias e subcategorias que, quando analisadas desagregadamente, revelam a distribuição mostrada na tabela 3 a seguir.

Tabela 3: Porcentagem de frases em cada categoria, nos programas analisados.

Categoria	Documento				Total
	Lula (2006)	Dilma (2010)	Alkmin (2006)	Serra (2010)	
0-Não classificável	7,5	16,2	1,0	2,9	3,4
1012-Estados Ocidentais: positivo		0,4			0,0
1032-Independência: positivo	0,3			0,1	0,1
1033-Direitos das nações: positivo	0,3	0,4		0,0	0,1
104-Militarismo: positivo	1,6	0,9	2,6	0,3	1,2
106-Paz	0,3	1,3	0,1		0,1
107-Internacionalismo: positivo	1,8	3,9	1,5	0,8	1,3
1081- Integração Regional: positivo	0,8	1,3	0,1	0,4	0,4
201-Liberdade e direitos humanos:positivo	1,3	0,4	0,1	0,7	0,5
2011- Direitos Humanos violados pelo Estado: reabilitação e compensação	0,3				0,0
202- Democracia	0,8	4,4	0,1	0,4	0,6
2023-Cidadania irrestrita		1,3			0,1
203-Constitucionalismo: positivo			0,1		0,0
2033-Pesos e Contra-pesos			0,1		0,0

210-Constitucionalismo: negativo ⁶				0,0	0,0
301-Federalismo	0,8	1,3	0,3	0,8	0,7
302-Centralização			0,1	0,3	0,2
303- Eficiência Governamental e administrativa	1,0		4,0	3,0	3,0
3031-Prestação de contas				0,4	0,2
303a – Reconstrução do Serviço Civil: eficiência geral	0,3				0,0
303d- Reformas generalistas	0,3	0,4			0,0
303h-outro	2,8				0,3
304-Corrupção Política	2,6		4,8	0,2	1,9
305-Autoridade Política			0,1	0,0	0,0
3055-Coalizões Políticas	0,3	0,9			0,1
3056-Crítica a outros partidos e governos	5,7	3,1	0,3	1,7	1,7
3057-Competência para governar	2,1	8,8		0,5	0,9
3059-Relação com a ditadura: negativo		0,4			0,0
306-Instituições do Sistema Político	2,8	1,8	1,9	0,4	1,2
401-Liberdade da Economia de Mercado			0,3	0,2	0,2
402-Incentivos	2,8	2,2	6,9	1,6	3,5
403-Regulação do Mercado			1,7	0,1	0,6
404-Planejamento econômico	0,5	1,3		0,1	0,2
405-Corporativismo/ Economia mista	0,3				0,0
406-Protecționismo Positivo	1,0		0,4		0,2
407-Protecționismo negativo				0,0	0,0
408- Objetivos econômicos	2,8	0,9	10,9	6,7	7,5
409- Administração da demanda keynesiana	0,3		0,1	0,0	0,1
410-Crescimento econômico: positivo	1,8	1,3	2,7	0,5	1,4
411-Tecnologia e infraestrutura	0,8	0,4	1,0	1,8	1,4
411a- Infraestrutura, indústria, transporte e logística	4,4	5,7	4,3	11,0	7,8
411b-Desenvolvimento, pesquisa, ciência e tecnologia	2,6	1,8	5,0	2,1	3,1
411c-Tics		0,4	2,2	1,0	1,3
411d-Energia e combustíveis	5,9	2,2	2,4	5,7	4,5
411e-Educação tecnológica			0,4	0,1	0,2
411f-Capacitação para trabalho		0,9	1,7	0,5	0,9
411h-outro				1,1	0,6
414-Economia Ortodoxa			0,8	1,3	0,9
501-Proteção do Meio ambiente: positivo	3,4	4,4	3,3	5,4	4,4
502-Cultura: positivo	2,6	2,6	5,7	4,6	4,7
503-Igualdade: positivo	1,0	3,1	0,6	0,5	0,7
503a- Igualdade socio-economica	0,8	2,2		0,5	0,4
503b-Ciclo de vida	3,9	0,4	0,3	1,1	1,1
503c- Gênero	2,1		0,1	1,4	0,9
503d- Étnico/ racial	2,3		0,3	1,9	1,3

⁶ Os programas do PSDB de 2006 e 2010 dedicaram 0,045% e 0,023% dos seus textos, respectivamente a menções negativas ao constitucionalismo.

503e-outro	1,3				0,1
504-Expansão do Estado de bem estar: positivo	2,8	2,2	0,5	0,7	0,9
5041-Mix publico-privado no Estado de bem estar	0,3				0,0
5042b-Seguridade Social			1,1		0,4
504a - Saúde	4,7	3,1	4,7	8,6	6,7
504b- Previdência Social	1,3		2,4	3,6	2,8
504c-Moradia	0,8	0,4	1,5	2,8	2,0
504d- Outro	1,0	1,3	3,3	3,7	3,2
506- Expansão da educação	6,5	4,8	4,5	5,6	5,3
5062-Eficiência na educação		1,3			0,1
605-Lei e ordem: positivo	4,4	6,1	4,1	5,1	4,7
606- Harmonia Social: positivo			0,1	0,2	0,1
701- Grupos de trabalho: positivo	1,0	2,2	2,9	0,6	1,5
703-Agricultura e agricultores	2,3	0,4	6,0	4,6	4,7
705- Grupos minoritários desfavorecidos			0,3	2,3	1,3
7051- Minorias internas	0,3				0,0
706—Grupos demográficos não econômicos	0,8	0,9			0,1
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total N	387	228	1432	2216	4263

Nota-se que, nos dois programas do PT, a categoria que abarcou a maior proporção de texto foi a 0 – não codificável, ou seja, nestes dois documentos um razoável número de frases (7,5% em 2006 e 16,2% em 2010) foi dedicado a temas que não encontram correspondência no esquema de categorias. Referem-se, por exemplo, a análises de conjuntura, descrição de processos históricos e da trajetória do próprio partido.

Já o PSDB dedicou maior extensão dos seus programas a categorias do domínio 4 (Economia): no texto de 2006 a categoria que reunia maior número de frases era a 408, em que se enquadram questões como comércio exterior, desenvolvimento regional e turismo (10,9%) e em 2010 passou a ser a 411a, referente a infraestrutura, indústria, transporte e logística (11,0%).

Na análise desagregada por categorias é possível perceber que temas relativos à economia estiveram muito presentes na agenda do PSDB tanto em 2006 quanto em 2010. Estas questões obtiveram bem menos atenção nos programas do PT.

A comparação da porcentagem de texto dedicada a cada categoria, embora muito ilustrativa, ainda é insuficiente para afirmar que seja possível identificar, através do conteúdo dos textos, as prioridades e agendas específicas de cada documento. A técnica que permite este tipo de conclusão é a análise de resíduos. Os resíduos correspondem à diferença, em número de desvios-padrão, entre o número de frases observado em cada célula (cada combinação de documento e categoria), e o número esperado no caso da hipótese nula de independência, ou seja, na hipótese de que a distribuição das frases fosse igual entre os diferentes programas analisados, ou aleatória. Frequências observadas que se distanciam mais de 1,96 desvios padrão da frequência esperada (na hipótese de independência), têm probabilidade menor ou igual a 5%, ou seja, provavelmente não seriam encontradas a não ser que se pudesse afirmar que há sim uma relação entre a categoria enfatizada na frase e o documento programático que a contém. A tabela 4 a seguir mostra os resíduos ajustados da distribuição de frases entre as categorias, em todos os manifestos.

Tabela 4: Resíduos ajustados da distribuição de frases entre as categorias, por programa.

Categoria	Documento			
	Lula (2006)	Dilma (2010)	Alkmin (2006)	Serra (2010)
0-Não classificável	4,7	11,0	-6,0	-1,9
1012-Estados Ocidentais: positivo	-0,3	4,2	-0,7	-1,0
1032-Independência: positivo	1,5	-0,4	-1,2	0,5
1033-Direitos das nações: positivo	1,5	2,2	-1,2	-0,6
104-Militarismo: positivo	0,7	-0,5	5,9	-5,8
106-Paz	0,6	4,9	0,0	-2,6
107-Internacionalismo: positivo	0,9	3,7	0,7	-2,9
1081- Integração Regional: positivo	1,2	2,3	-1,9	0,1
201-Liberdade e direitos humanos:positivo	2,1	-0,2	-2,5	1,3
2011- Direitos Humanos violados pelo Estado: reabilitação e compensação	3,2	-0,2	-0,7	-1,0
202- Democracia	0,6	7,9	-2,6	-1,4
2023-Cidadania irrestrita	-0,5	7,3	-1,2	-1,8
203-Constitucionalismo: positivo	-0,4	-0,3	2,0	-1,5
2033-Pesos e Contra-pesos	-0,3	-0,2	1,4	-1,0
2033-Pesos e Contra-pesos	-0,3	-0,2	-0,7	1,0
210-Constitucionalismo: negativo	0,3	1,3	-2,2	1,3
301-Federalismo	-0,9	-0,7	-1,3	2,0

302-Centralização	-2,4	-2,7	2,7	0,0
303- Eficiência Governamental e administrativa	-0,9	-0,7	-2,0	2,7
3031-Prestação de contas	3,2	-0,2	-0,7	-1,0
303d- Reformas generalistas	2,0	2,8	-1,0	-1,5
303h-outro	10,5	-0,8	-2,4	-3,5
304-Corrupção Política	1,0	-2,2	9,7	-8,7
305-Autoridade Política	-0,4	-0,3	0,5	0,0
3055-Coalizões Políticas	1,5	4,7	-1,2	-1,8
3056-Crítica a outros partidos e governos	6,5	1,7	-5,0	0,3
3057-Competência para governar	2,6	13,0	-4,4	-3,2
3059-Relação com a ditadura: negativo	-0,3	4,2	-0,7	-1,0
306-Instituições do Sistema Político	3,1	0,8	2,9	-4,9
401-Liberdade da Economia de Mercado	-0,9	-0,7	0,7	0,2
402-Incentivos	-0,8	-1,1	8,5	-7,0
403-Regulação do Mercado	-1,6	-1,2	6,1	-4,3
404-Planejamento econômico	1,6	4,0	-2,0	-0,8
405-Corporativismo/ Economia mista	3,2	-0,2	-0,7	-1,0
406-Protecționismo Positivo	3,4	-0,8	1,8	-3,3
407-Protecționismo negativo	-0,3	-0,2	-0,7	1,0
408- Objetivos econômicos	-3,6	-3,9	6,1	-1,9
409- Administração da demanda keynesiana	1,1	-0,5	0,7	-1,1
410-Crescimento econômico: positivo	0,8	0,0	5,2	-5,3
411-Tecnologia e infraestrutura	-1,1	-1,3	-1,3	2,4
411a- Infraestrutura, industria, transporte e logística	-2,6	-1,2	-6,2	7,9
411b-Desenvolvimento, pesquisa, ciência e tecnologia	-0,6	-1,2	5,1	-3,9
411c-Tics	-2,4	-1,2	3,9	-1,8
411d-Energia e combustíveis	1,5	-1,7	-4,5	4,2
411e-Educação tecnológica	-0,9	-0,7	2,5	-1,5
411f-Capacitação para trabalho	-2,0	0,0	4,1	-2,7
411h-outro	-1,6	-1,2	-3,6	4,8
414-Economia Ortodoxa	-2,0	-1,5	-0,5	2,3
501-Proteção do Meio ambiente: positivo	-1,1	0,0	-2,6	3,1
502-Cultura: positivo	-2,1	-1,5	2,2	-0,2
503-Igualdade: positivo	0,8	4,4	-0,8	-1,7
503a- Igualdade socio-economica	1,0	4,1	-3,1	0,5
503b-Ciclo de vida	5,7	-0,9	-3,5	0,5
503c- Gênero	2,4	-1,5	-3,8	2,9
503d- Étnico/ racial	1,9	-1,8	-3,9	3,4
503e-outro	7,1	-0,5	-1,6	-2,3
504-Expansão do Estado de bem estar: positivo	4,2	2,1	-2,1	-1,4
5041-Mix publico-privado no Estado de bem estar	3,2	-0,2	-0,7	-1,0

5042b-Seguridade Social	-1,3	-1,0	5,6	-4,2
504a - Saúde	-1,7	-2,2	-3,6	5,3
504b- Previdência Social	-1,9	-2,6	-1,2	3,4
504c-Moradia	-1,8	-1,8	-1,7	3,4
504d- Outro	-2,5	-1,6	0,3	1,9
506- Expansão da educação	1,1	-0,3	-1,5	0,9
5062-Eficiência na educação	-0,5	7,3	-1,2	-1,8
605-Lei e ordem: positivo	-0,3	1,0	-1,5	1,1
606- Harmonia Social: positivo	-0,8	-0,6	0,0	0,7
701- Grupos de trabalho: positivo	-0,8	0,9	5,3	-5,0
703-Agricultura e agricultores	-2,3	-3,1	2,9	0,0
705- Grupos minoritários desfavorecidos	-2,4	-1,8	-4,2	6,2
7051- Minorias internas	3,2	-0,2	-0,7	-1,0
706—Grupos demográficos não econômicos	4,0	3,4	-1,6	-2,3

Na tabela 4 acima os valores em **negrito** indicam aquelas categorias em que a proporção de texto em cada programa se afasta mais significativamente da proporção que seria de se esperar se não houvesse relação entre ênfases e manifestos (ou seja, se os textos dedicassem proporções equivalentes a todas as categorias, ou proporções aleatórias). No programa do PT de 2006 esta categoria é a 303h (participação do cidadão na gestão pública) e no de 2010 é a 3057 (Competência para governar), ambas do domínio 3 – Sistema Político. Já os programas do PSDB enfatizam significativamente mais a categoria 304 (Corrupção política) em 2006 e a categoria 411a (infraestrutura, indústria, transporte e logística) em 2010.

Se ampliarmos o foco de análise e considerarmos os quatro itens que mais se destacam em cada programa, identificamos que os programas do PT gravitam em torno da dimensão 2 (democracia e cidadania em 2010), da dimensão 3 (eficiência governamental e crítica a governos anteriores em 2006 e competência para governar em 2010) e da dimensão 5 (igualdade em 2006 e educação em 2010). Os programas do PSDB, por sua vez enfatizam principalmente o domínio 4 (incentivos, regulação e objetivos econômicos em 2006 e infraestrutura em 2010), destacando-se também o domínio 3 (corrupção em 2006), o domínio 5 (saúde em 2010) e o domínio 7 (grupos minoritários desfavorecidos em 2010).

Podemos assim afirmar que a ênfase atribuída a cada tipo de questão não é aleatória, nem indistinta entre os programas. Ao contrário, cada um dos documentos analisados enfatiza mais uma categoria diferente: o PT prioriza a discussão da política e

o PSDB a da economia, mesmo quando enfatiza a corrupção, como em 2006 (a denúncia da corrupção está quase sempre fundada na perda de recursos que ela provoca).

3. Os programas de governo e as dimensões da competição política

A codificação das frases em categorias permite calcular a posição política de cada programa em escalas de posicionamento político, tais como a escala esquerda-direita (Tarouco e Madeira 2013) e a escala de conservadorismo (Tarouco e Madeira, *no prelo*). As tabelas 5 e 6 a seguir mostram como os programas do PT e do PSDB se situam nestas escalas.

Tabela 5: Cálculo da posição na escala esquerda-direita

Categoria	Documento			
	Lula (2006)	Dilma (2010)	Alkmin (2006)	Serra (2010)
Categorias indicativas de posição à direita:				
Forças Armadas: positivo	1,6	0,9	2,6	0,3
Livre Iniciativa	0,0	0,0	0,3	0,2
Incentivos	2,8	2,2	6,9	1,6
Ortodoxia econômica	0,0	0,0	0,8	1,3
Limitação do Welfare State	0,0	0,0	0,0	0,0
Classe média/grupos profissionais	0,0	0,0	0,0	0,0
Total Direita	4,4	3,1	10,6	3,4
Categorias indicativas de posição à esquerda:				
Regulação do Mercado	0,0	0,0	1,7	0,1
Planejamento Econômico	0,5	1,3	0,0	0,1
Economia controlada	0,0	0,0	0,0	0,0
Análise marxista	0,0	0,0	0,0	0,0
Expansão do Welfare State	10,9	7,0	13,5	19,4
Classes trabalhadoras: positivo	1,0	2,2	2,9	0,6
Total Esquerda	12,4	10,5	18,1	20,2
Direita – Esquerda	-8,0	-7,5	-7,5	-16,8

Tabela 6: Cálculo da posição na escala de conservadorismo

Categoria	Documento			
	Lula (2006)	Dilma (2010)	Alkmin (2006)	Serra (2010)
Categorias indicativas de conservadorismo				
Autoridade Política	1,6	0,9	2,6	0,3
Modo nacional de vida	0,0	0,0	0,3	0,2
Moralidade tradicional: positivo	2,8	2,2	6,9	1,6
Harmonia social	0,0	0,0	0,8	1,3
Total Conservadorismo	4,4	3,1	10,6	3,4
Categorias indicativas de liberalismo				
Liberdades e Direitos Humanos	0,0	0,0	1,7	0,1
Eficiência Govern. e Administrativa	0,5	1,3	0,0	0,1
Moralidade tradicional: negativo	0,0	0,0	0,0	0,0
Minorias desprivilegiadas	0,0	0,0	0,0	0,0
Total Liberalismo	0,5	1,3	1,7	0,3
Conservador – Liberal	3,9	1,8	8,9	3,1

Ambas as escalas, quando aplicadas aos programas de governo de 2006 e 2010, produzem resultados que parecem destoar das expectativas usuais em relação ao PT e ao PSDB. Entretanto, o fato de todos os programas analisados se situarem nas posições conservadoras e de esquerda indica uma semelhança entre os competidores que é exatamente a previsão do modelo downsiano da competição eleitoral em sistemas bipartidários: os partidos se aproximam na dimensão ideológica em busca de votos. No que se refere às eleições presidenciais, esta seria mais uma evidência da bipolarização do sistema partidário brasileiro.

A validade das posições nas escalas calculadas pelas ênfases programáticas já foi discutida em outros trabalhos (Tarouco e Madeira 2013; no prelo). Em manifestos de partidos no Brasil, a análise de conteúdo revela ênfases temáticas consistentes com a *saliency theory* (segundo a qual cada partido prioriza um conjunto específico de questões) mas não revela conteúdos ideológicos capazes de situá-los na dimensão esquerda-direita de forma consistente com as demais classificações correntes.

Os resultados encontrados nas tabelas 5 e 6 podem estar indicando que nos programas de governo exista a mesma ausência de conteúdo ideológico, mas também é

muito provável que isso se deva às negociações entre os partidos que compõem cada coligação. É razoável esperar que os programas de governo sejam ainda menos claros em termos ideológicos exatamente porque consistem no produto da acomodação possível entre plataformas distintas de vários partidos.

Ainda sobre os domínios utilizados para mensurar posicionamento ideológico dos programas, chama a atenção a existência de um consenso nos quatro documentos em torno da relevância dos incentivos (posicionamento à direita) e da expansão do Welfare State (posicionamento à esquerda).

Contudo, a ênfase temática em economia, no caso do PSDB e em estado de bem estar social, no caso do PT, é em si mesmo um importante indicador do posicionamento ideológico destes partidos, já que uma das características clássicas que marcam a distinção entre partidos de esquerda e direita é a distinta ênfase nessas temáticas. De acordo com estudos sobre a classificação ideológica de partidos europeus os partidos social democratas (centro-esquerda) priorizam as questões sociais, enquanto os partidos liberais e/ou conservadores, estariam mais preocupados com as questões econômicas. Um dos primeiros a levantar essa questão foi Douglas Hibbs, ao definir o *trade-off* enfrentado por estes partidos entre Emprego-Inflação. Enquanto os partidos localizados à esquerda do espectro ideológico concentrariam seus esforços em garantir mais empregos mesmo que houvesse maior inflação os adeptos da outra corrente enfocariam justamente o contrário, menos inflação mesmo que a custo de mais desemprego (Hibbs, 1977).

Uma terceira dimensão da competição política na qual podemos localizar os programas de governo é a dimensão do pós-materialismo. Segundo Inglehart (1990; 2007), as sociedades industriais avançadas estariam passando por uma mudança cultural em que os valores relativos à sobrevivência e à segurança (tanto material como física) estariam dando espaço para valores de auto-expressão e qualidade de vida não-econômica. Em sociedades em que as questões distributivas e as disputas econômicas e sociais já estão minimamente amenizadas, podem surgir demandas de um novo tipo, tais como preservação ambiental, respeito a minorias e liberdades individuais de todos os tipos. A emergência destes valores determinaria a instalação de uma nova dimensão política, entre o polo materialista e o pós-materialista, ao longo da qual se posicionam indivíduos e partidos.

Até onde sabemos, não há na produção do MRG/MARPOR uma escala elaborada para mensurar esta dimensão, nos moldes da escala esquerda-direita, por exemplo, mas várias categorias presentes no esquema de codificação refletem valores pós-materialistas. A tabela 7 a seguir mostra a proporção de texto dedicada a tais categorias pelos quatro programas analisados.

Tabela 7: Porcentagem das categorias indicativas de valores pós-materialistas

Categorias	Documento			
	Lula (2006)	Dilma (2010)	Alkmin (2006)	Serra (2010)
Liberdade e direitos humanos	1,6	0,4	0,1	0,7
Proteção do meio-ambiente	3,4	4,4	3,3	5,4
Cultura	2,6	2,6	5,7	4,6
Igualdade (exceto social) ⁷	9,6	0,4	0,8	4,3
Grupos minoritários desfavorecidos	0,3	0,0	0,3	2,3
Total	17,3	7,9	10,2	17,4

Observa-se a presença de questões da agenda pós-materialista em todos os programas de governo analisados, mas com uma grande variação de ênfases. O programa do PT de 2010 é o que menos espaço dedica a estas questões e o do PSDB do mesmo ano o que dedica mais. Surpreende que temas da agenda pós-materialista tenham tido sua ênfase reduzida pela metade no programa do PT, caindo de 16% para menos de 8% de 2006 para 2010. A tabela acima permite identificar que tal redução drástica se dá pelo virtual desaparecimento das dimensões do domínio “Igualdade” que se relaciona ao pós-materialismo. Este é mais um indício de que as agendas dos partidos são bem distintas e variam no tempo.

⁷ Agrega as subcategorias 503b (igualdade de ciclo de vida), 503c (igualdade de gênero) e 503d (igualdade étnico-racial) e 503e (igualdade em outros grupos).

4. Considerações finais

Neste trabalho, buscamos iniciar o mapeamento de um terreno ainda muito pouco explorado pela Ciência Política brasileira: análise de programas de governo. A resposta à questão que norteou este trabalho não é simples, mas alguns dos achados desta pesquisa nos auxiliam no exame das ênfases dos dois partidos e serão aqui destacados. A julgar pelos programas, cabe salientar o papel central que questões relacionadas à economia e ao estado de bem-estar possuem na agenda eleitoral de ambos os partidos (tabela 2). A atuação e a posição do estado enquanto indutor do desenvolvimento econômico e enquanto garantidor de serviços (saúde, educação, etc.) ao cidadão estruturam todos os programas aqui examinados (tabela 3). O que existe de diferente entre os partidos é que dentre estes dois domínios o PT prioriza o estado de bem-estar enquanto que o PSDB tende a priorizar a economia. É possível que o aumento nas ênfases em bem estar social esteja relacionado ao sucesso dos programas de transferência de renda e seu “pacote” (obrigatoriedade de crianças matriculadas, controle médico, cartão de vacina em dia, etc).

Embora o PSDB reclame a identidade social democrata, seu enfoque temático o afasta deste ideário político, uma vez que, como discutido anteriormente, as categorias que enfatiza no domínio da economia o aproximariam de um posicionamento de partido de centro direita. Por outro lado, o aumento da ênfase do partido em temáticas de bem estar na última eleição pode sinalizar uma mudança de estratégia frente à demanda por este tipo de políticas. Por outro lado, o PT, apresenta uma plataforma mais alinhada à dos partidos de centro-esquerda, com forte destaque para as questões relacionadas ao bem estar.

O que se pode observar é que embora haja algumas questões que parecem pouco definidas quanto à preferência e estratégias destes dois partidos, os programas constituem, sim, um rico instrumental analítico para conhecer as prioridades destes atores políticos. Tais prioridades, por sua vez, ajudam a compreender a competição partidária e a agenda dos governos no Brasil. Com a presente análise, podemos afirmar que as diferentes agendas do PT e do PSDB nas últimas disputas presidenciais, publicadas nos seus programas de governo, revelam preferências específicas, que sobrevivem ao tempo e aos presumíveis ajustes das coligações, distinguindo duas alternativas facilmente identificáveis.

Os desdobramentos desta pesquisa incluem desafios como, por exemplo, comparar estes resultados com os obtidos nas análises dos programas de governo no Uruguai e talvez em outros países da América Latina. Além disso, outro desafio será interpretar a variação encontrada nas ênfases atribuídas a temas da agenda pós-materialista. Seja por adaptação a imperativos eleitorais ou pelo esgotamento do potencial competitivo das bandeiras ideológicas tradicionais, em alguma medida as demandas não econômicas de qualidade de vida tornam-se presentes nos programas de governo. A atenção a novos tipos de direitos, para cuja garantia as políticas sociais são insuficientes, passa a compartilhar algum espaço nas agendas dos partidos que polarizam a competição presidencial e pode revelar de que maneira o Brasil se insere no processo da inflexão latino-americana à esquerda.

Anexo I: Categorías da análise de conteúdo (Alonso et al 2012)

DOMINIO 1: RELACIONES EXTERIORES

101- Relaciones exteriores especiales: positivo
1011- Rusia/URSS: positivo
1012- Estados occidentales: positivo
1013- Países de Europa del Este: positivo
1014- Países Bálticos: positivo
1015- Consejo Nórdico: positivo
1016- Yugoslavia: positivo
102- Relaciones exteriores especiales: negativo
1021- Rusia/URSS: negativo
1022- Estados occidentales: negativo
1023- Países de Europa del Este: negativo
1024- Países Bálticos: negativo
1025- Consejo Nórdico: negativo
1026- Yugoslavia: negativo
103- Anti-imperialismo
1031- Ejército ruso: negativo
1032- Independencia: positivo
1033- Derechos de las naciones: positivo
104- Militarismo: positivo
105- Militarismo: negativo
106- Paz
107- Internacionalismo: positivo
108- Comunidad Europea/Unión: positivo
1081 - Integración regional: positivo*
109- Internacionalismo: negativo
110- Comunidad Europea/Unión: negativo
1101 - Integración regional: negativo*

DIMENSIÓN 2: LIBERTAD Y DEMOCRACIA

201- Libertad y derechos humanos: positivo
2011- DDHH violados por el Estado; rehabilitación y compensación
202- Democracia
2021- Transición a la Democracia
2022- Ciudadanía restrictiva
2023- Ciudadanía laxa

203- Constitucionalismo: positivo

2031- Régimen presidencial: positivo
2032- República: positivo
2033- Pesos y contrapesos (para ser codificada sólo para México)

- 204- Constitucionalismo: negativo
- 2041- Monarquía: positivo

DIMENSIÓN 3: SISTEMA POLÍTICO

- 301- Federalismo.
- 3011- Poderes republicanos: positivo
- 302- Centralización
- 303- Eficiencia gubernamental y administrativa
- 303a- Reestructura del servicio civil: eficiencia general
- 303b- Recorte del servicio civil
- 303c- Mejora de los procedimientos burocráticos
- 303d- Reformas gerencialistas
- 303e- Creación de agencias
- 303f- Coordinación
- 303h- otro
- 3031 - Rendición de cuentas*
- 304- Corrupción política
- 305- Autoridad política
- 3051- Situación pública: negativo
- 3052- Comunismo: positivo
- 3053 -Communism: negativo
- 3054 – Rehabilitación y compensación
- 3055- Coaliciones políticas
- 3056- Crítica a otros partidos y gobiernos*
- 3057- Competencia para gobernar*
- 3058- Relación con la dictadura: positivo*
- 3059- Relación con la dictadura: negativo*
- 306- Instituciones del Sistema Político

DIMENSIÓN 4: ECONOMÍA

- 401- Libertad de la economía de mercado
- 4011- Privatización: positivo
- 4012- Control de la economía: negativo
- 4013- Restitución de la propiedad: positivo
- 4014- Privatización de vouchers: positivo
- 402- Incentivos
- 403- Regulación del mercado**
- 4031- Desmonopolización*
- 4032- Criticas al neoliberalismo*
- 404- Planificación económica
- 405- Corporativismo/Economía mixta
- 406- Proteccionismo: positivo
- 407- Proteccionismo: negativo
- 408- Objetivos económicos
- 409- Administración de la demanda keynesiana
- 410- Crecimiento económico: positivo
- 411- Tecnología e infraestructura

- 411a- Infraestructura, industrias, transporte, logística
- 411b- Desarrollo, investigación, ciencia y tecnología
- 411c- Tics
- 411d- Energía y combustible
- 411e- Educación tecnológica (*Ej. informática, ingeniería, etc.*)
- 411f- Capacitación laboral
- 411h- otro
- 412- Economía controlada
- 4121- Propiedad social: positivo
- 4122- Economía mixta: positivo
- 4123- Industrias de propiedad pública: positivo
- 4124- Propiedad socialista: positivo
- 413- Nacionalización
- 4131- Restitución de la propiedad: negativo
- 4132- Privatización: negativo
- 414- Economía ortodoxa
- 415- Análisis marxista: positivo
- 416- Economía del anti crecimiento: positivo

DIMENSIÓN 5: ESTADO DE BIENESTAR Y CALIDAD DE VIDA

- 501- Protección del Medio Ambiente: positivo
- 502- Cultura: positivo
- 5021- Mix público privado en la cultura
- 503- Igualdad: positivo
- 503a- Igualdad socioeconómica (de clase)
- 503b- Ciclo de vida
- 503c- Género
- 503d- Étnico/racial
- 503e- otro
- 5031- Mix público- privado en justicia social
- 504- Expansión del Estado de Bienestar: positivo
- 504a- Salud
- 504b- Seguridad social
- 504c- Vivienda
- 504d- Otro
- 5041- Mix público- privado en Estado de Bienestar
- 5042- Eficiencia del welfare*
- 5042a- Salud
- 5042b- Seguridad social
- 5042c- Vivienda
- 5042d- Otro
- 505- Limitación del Estado de bienestar
- 506- Expansión de la educación
- 5061- Mix público- privado en educación
- 5062- Eficiencia en la educación*
- 507- Limitación de la educación

DOMINIO 6: ESTRUCTURA DE LA SOCIEDAD

601- Estilo de vida nacional: positivo
6011- Temas de Karabakh
6012- Reconstrucción de la URSS
6013- Seguridad nacional
6014- Temas de Chipre (para ser codificado solo en Chipre)
602- Estilo de vida nacional: negativo
603- Moral tradicional: positivo
604- Moral tradicional: negativo
605- Ley y orden: positivo
6051- Gestión y eficiencia de ley y orden
606- Armonía social: positivo
6061- Crisis en general
607- Multiculturalismo: positivo
6071- Autonomía cultural: positivo
6072- Multiculturalismo pro Roma
608- Multiculturalismo: negativo
6081- Multiculturalismo en contra de Roma

DIMENSIÓN 7: GRUPOS SOCIALES

701- Grupos de trabajo: positivo
702- Grupos de trabajo: negativo

703- Agricultura y agricultores
704- Clase media y grupos profesionales
705- Grupos minoritarios desfavorecidos
7051- Minorías internas
7052- Minorías extranjeras
706- Grupos demográficos no económicos
7061- Participantes de la guerra
7062- Refugiados

000 - No clasificable

Frases que no son cubiertas por las otras categorías; sentencias que no tienen significado.

Referencias Bibliográficas

ALONSO, Sônia, Andrea Volkens e Braulio Gómez. 2012. *Análisis de contenido de textos políticos – Um enfoque quantitativo*. Cuadernos Metodológicos 047. Madrid: CIS.

BENOIT, Kenneth; LAVER, Michael; MIKHAYLOV 2008. Coder reliability and misclassification in Comparative Manifesto Project codings. Paper presented at the 66th MPSSA. Annual National Conference. Palmer House Hilton Hotel and Towers.

BONNARDEL, Philippe. 2001. *The kappa coefficient: The measurement of Interrater agreement when the ratings are on categorical scales. The case of two raters. raters*. Disponível em <http://kappa.chez-alice.fr/>

BUDGE, I., David Robertson. *et al.* 1987. *Ideology, strategy, and party change : spatial analyses of post-war election programmes in 19 democracies*. Cambridge Cambridgeshire ; New York: Cambridge University Press. xvii, 494 p.

CASTILLO, Marcelo e Veronica Perez. “Esencia y espacio: análisis de los programas del Frente Amplio y el Partido Nacional en las elecciones nacionales de 2009”. In Daniel Buquet y Niki Jhonson (Coord.) *Del Cambio a la Continuidad. Ciclo Electoral 2009-2010 en Uruguay*. Montevideo: Fin Del siglo, 2010.

COHEN, Jacob. A coefficient of agreement for nominal scales. *Educational and Psychological Measurement* XX (1): 37-46. 1960. Disponível em: <http://kappa.chez-alice.fr/kappa.txt> (accessed November 10, 2006).

DUVERGER, Maurice. *Os partidos Políticos*. Segunda edição. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: UNB, 1980.

HIBBS, Douglas A, Jr. *Political Parties and Macroeconomic Policy*. . *The American Political Science Review*, Volume 71, Issue 4 (Dec., 1977), 1467-1487.

INGLEHART, R. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton, N.J., Princeton University Press. 1990.

_____. “Postmaterialist Values and the Shift from Survival to Self-Expression Values”. In: *The Oxford Handbook of Political Behavior*. D. R. and H.-D. Klingemann. Oxford, Oxford University Press. 2007.

KINZO, M.D.G. *Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer-Stiftung, 1993.

LANDIS J.R., Koch G.G.: The Measurement of Observer Agreement for Categorical Data. *Biometrics*, 1977a, 33, 159-174

MADEIRA, Rafael e TAROUCO, Gabriela. “Como partidos significam e legitimam suas origens? Saliency Theory e análise dos textos partidários”. Oitavo encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP. Gramado, RS, 2012.

MELO, Carlos Ranulfo e CAMARA, Rafael. “Estrutura da competição pela Presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil”. *Dados* [online]. 2012, vol.55, n.1, pp. 71-117.

MIGUEL, L. F. 2010. “Os partidos brasileiros e o eixo “esquerda-direita”. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H. & MIGUEL, L. F. (orgs.). *Coligações partidárias na Nova Democracia Brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer.

POWER, Timothy e César Zucco. “Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990–2005”. In *Latin American Research Review*, 44(1), 2009. P. 218–246.

ROBERTSON, D. B. 1976. *A theory of party competition*. London ; New York: J. Wiley. x, 210 p. p.

SAMUELS, David. “Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil”. In *Dados*, vol. 40 no. 3 Rio de Janeiro 1997.

TAROUCO, Gabriela (2007). *Os Partidos e a Constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda*. Tese de doutorado defendida em março de 2007 no IUPERJ.

_____. (2011). *Brazilian Parties According to their Manifestos: Political Identity and Programmatic Emphases* *Brazilian Political Science Review*, vol. 5, n. 1, pp. 54-76.

TAROUCO, G. e MADEIRA, R. “Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil”. In *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, p. 149-165. 2013.

TAROUCO, G. e MADEIRA, R. (no prelo). “Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro”. In: *Revista Debates* (UFRGS).

TAVARES, José Antônio Giusti (org). *O que esperar da Social-democracia no Brasil?* Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003.

VIEIRA, Soraia Marcelino. *O Partido da Social Democracia Brasileira: Trajetória e ideologia*. Tese de doutorado defendida em dezembro de 2012 no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.